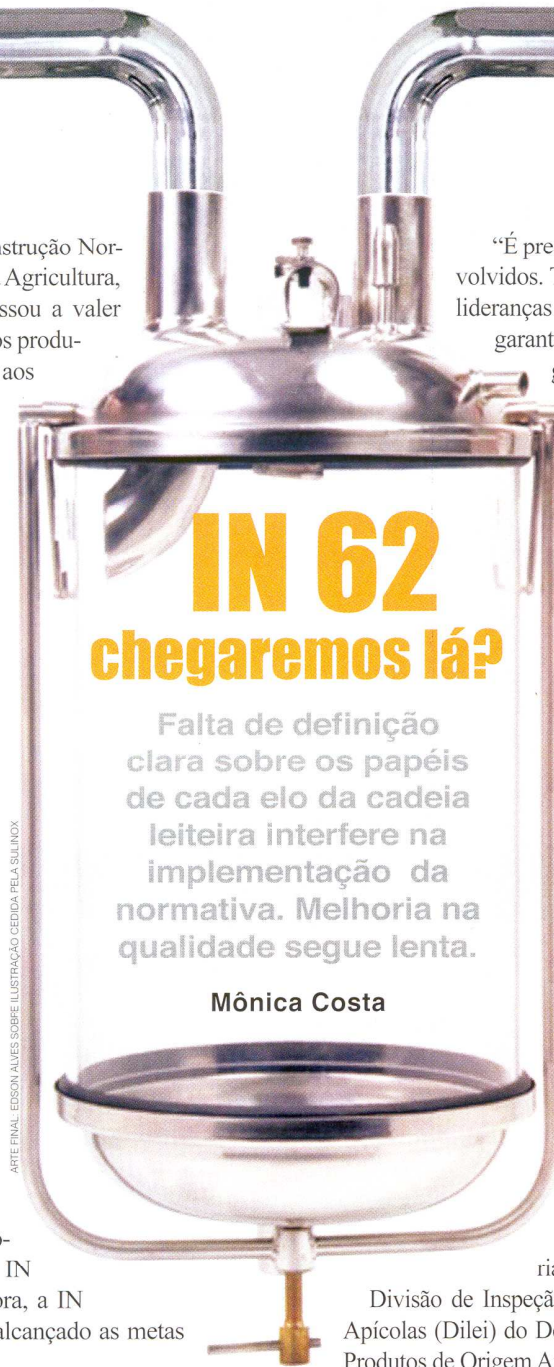


Desde janeiro deste ano, quando a Instrução Normativa 62 (IN 62), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passou a valer para as regiões Norte e Nordeste, todos os produtores de leite do País estão submetidos aos mesmos indicadores de qualidade do leite. Ainda de acordo com a IN em vigor, em 2016, ou seja, daqui a três anos, os residentes nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste deverão estar produzindo leite dentro dos padrões internacionais estabelecidos pela normativa. Os do Norte e Nordeste ingressam apenas no ano seguinte. Os dados, contudo, são preocupantes. Estima-se que metade do leite processado no País – que segundo previsões do IBGE deve passar de 22 bilhões de litros em 2012 (dados ainda em aberto no fechamento desta edição) – esteja fora dos padrões de qualidade exigidos pela IN 62. Há muito trabalho e o tempo é curto.

A falta de uma discussão profunda sobre a realidade da cadeia produtiva de leite no Brasil e a definição de metas e responsabilidades a todos os seus elos são apontados como fatores fundamentais para a lenta evolução dos padrões de qualidade do leite produzido por aqui. Especialistas ouvidos por Mundo do Leite são unânimes em dizer que, se não houver uma sinergia entre todos os segmentos da cadeia, entre os quais produtores, indústria e governo, o final da IN 62 não será diferente da sua antecessora, a IN 51, que viu seu prazo expirar sem ter alcançado as metas estabelecidas.

ARTE FINAL: EDSON ALVES SOBRE ILUSTRAÇÃO CEDIADA PELA SULLINOX



“É preciso um comprometimento de todos os envolvidos. Tanto governo, quanto iniciativa privada e lideranças do setor precisam adotar uma postura que garanta que as informações che-

guem ao produtor”, afirma a pesquisadora Rosana de Oliveira Pithan e Silva, diretora técnica da Unidade Laboratorial de Referência de Análise Econômica do Instituto de Economia Agrícola (IEA), em São Paulo, SP.



Segundo informação da Rede Brasileira da Qualidade do Leite (RBQL), que reúne nove laboratórios credenciados à análise, e por onde passam mensalmente 720 mil amostras por mês, entre 10% e 40% das amostras analisadas estão fora dos padrões estabelecidos para Contagem de Células Somáticas (CCS). Já para Contagem Bacteriana Total (CBT), a média de amostras abaixo da qualidade varia entre 20% e 60%.

O MAPA, que coordena a RBQL, não dispõe de dados detalhados sobre o assunto. “Não há informações oficiais sobre o volume total de leite fora dos padrões no País porque o cadastro realizado pelo MAPA não contempla toda a matéria-prima analisada pelos laboratórios credenciados”, explica a veterinária Mayara Souza Pinto, da



Divisão de Inspeção de Leite, Mel e Produtos Apícolas (Dilei) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do Mapa.

Linha do Tempo

1998

MAPA baixa Portaria 166 que cria grupo de trabalho para discutir o setor. Nasce o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PMQL).

Portaria 56 do MAPA determina granelização do leite a partir de 2002

1999

Julho – Entra em vigor a granelização para produtores das para CCS e CBT do leite, até então inexistentes no País. Vigência inicia em 2005 no S, SU e CO. Em 2007, entram NO e NE.

2002

Julho – IN 51/2002 entra em vigor com limites de CCS e CBT de 1.000.000/mL.

2005

2008

Junho - Limites gradativos para CCS e CBT caem para 750.000/ml. No NO e NE regra passa a vigorar em 2010.

Comissão Técnica Consultiva



A reportagem de *Mundo do Leite* conversou com responsáveis por dois laboratórios ligados à RBQL. O primeiro deles foi Paulo Machado, coordenador da Clínica do Leite, ligada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), em Piracicaba, SP. No laboratório são analisadas mensalmente amostras oriundas de 45 mil fazendas, que produzem 4,3 milhões de litros/dia e respondem por 20% da produção nacional. Em junho de 2012, profissionais da Clínica do Leite fizeram um levantamento num universo composto por 14 mil propriedades, ou seja, 40% dos clientes atendidos. Os dados finais indicaram que, desse total, 55% não atendem o padrão para CBT. No caso da CCS, o percentual se eleva para 54%, ou seja, mais da metade.

O médico veterinário Guilherme Nunes de Souza, pesquisador da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, MG, que esteve, em 2011, a frente do Laboratório de Qualidade do Leite (LQL), ligado à autarquia, destaca que apenas a ampliação do prazo para o cumprimento das exigências não garante que as metas serão alcançadas. Dados levantados pelo LQL relativos ao final de 2011 indicavam que 95% da matéria-prima analisada apresentava níveis de CBT acima de 100 UFC/ml. Já os níveis de CCS superavam as 400 milcd/ml em 45% das amostras analisadas.

“Atualmente, o Brasil apresenta em torno de 40% a 50% de rebanhos com uma média geométrica anual de CBT e CCS acima de 400 mil células/ml”, destaca Souza, que integrou a equipe responsável pela elaboração de documento entregue pela Embrapa ao Governo Federal, em 2011, cujo conteúdo embasou a decisão oficial de criar a IN 62, com novos prazos. Segundo o pesquisador, esses percentuais não mudaram significativamente nos últimos anos.

Fiscalização e Penalização

Enquanto na Nova Zelândia (vide BOX), os papéis de cada um dos elos da cadeia leiteira é bem determinado, no Brasil, a indefinição persiste. Isso envolve, entre outras, duas questões: fiscalização e penalização. “O debate sobre o avanço da quali-



A formação de uma Comissão Técnica Consultiva é uma das poucas novidades apresentadas pela IN 62, cujo texto pouco se difere de sua antecessora, a IN 51. As medidas anunciadas por ocasião do seu lançamento foram as mesmas: acesso ao crédito para financiamento da produção de leite; estabelecimento de programas de pagamento por qualidade pelas indústrias lácteas; programas de incentivo e sensibilização para o consumo de produtos lácteos de qualidade e a capacitação de produtores e transportadores de leite, entre outras.

Já o cenário atual indica falta de dados oficiais precisos, resistência de parte da indústria em pagar por qualidade e carência do produtor por informação e assistência que o ajudem a promover as melhorias necessárias. A expectativa é que a recém-formada Comissão promova a discussão com as organizações do setor e com os outros órgãos responsáveis do governo federal sobre os pontos fundamentais para a implantação definitiva da Instrução Normativa e obtenção de um resultado bem sucedido.

dade do leite no Brasil ainda está no começo, mas o que podemos aprender com os países onde a rigidez na produção já é um padrão, é que não há melhoria se não houver fiscalização”, aponta Paulo Machado, da Clínica do Leite e também professor titular de Bovinocultura de Leite na Esalq/USP.

Ele destaca que, se o pecuarista não receber estímulos, como a bonificação por qualidade, ele acaba por negligenciar o processo produtivo. No entanto, apesar de produzir um leite de qualidade inferior, encontra comprador para seu produto. “Há muitos laticínios dispostos a comprar leite totalmente fora da conformidade”. Para Machado, enquanto não forem definidas e aplicadas punições para o produtor que não atende às regras, nada vai mudar. Fica a questão do que fazer com os laticínios que compram lei- ▶

Junho – Portaria do MAPA prorroga por seis meses prazo para vigorar o patamar de 400.000 cel/mL (CCS) e 100.000 cel/mL (CBT) estipulado para julho/2011.

2011

2011

Dezembro – Publicada IN 62 com novo cronograma para os limites de CBT e CCS.

Janeiro – Entra em vigor IN 62. Limite para as regiões S, SU e CO passa a ser de 600 mil/mL para CCS e CBT. NO e NE regra vale a partir de janeiro/2013

2012

2014

Julho – Passa a valer novos níveis para CBT e CCS. A baixo de 300 mil UFC/mL (CBT) e até 500mil cel/mL (CCS). NO e NE entram em 2015.

2016

Julho – Passa a valer padrão internacional previsto na IN 62 de 100 mil UFC/ml (CBT) e 400 mil cel/mL (CCS). NO e NE entram em julho 2017.

Nova Zelândia

te de padrão inadequado. Roberto Jank Jr, da Fazenda Agrindus, segunda maior produtora de leite do País, destaca que é preciso uma mudança de postura da indústria para que o produtor se sinta pressionado a melhorar. O leite fora dos padrões tem mercado. “Dentro desse modelo, as mudanças acontecerão em prazos muito maiores do que o previsto”.

Mas o tema da penalização esbarra em questões burocráticas. Para fazer valer os padrões preconizados pela IN 62 como critérios de fiscalização é preciso aprovar a nova versão do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal – Riispoa Leite – que definirá o que será feito com o leite de um produtor que estiver fora dos padrões. “O Riispoa Leite aplicado atualmente foi sancionado em 1952, quando nem se falava de células somáticas. Por isso, o produtor que não respeita os níveis de CBT e de CCS não é obrigado por lei a desprezar o leite”, explica Machado.

Em nota emitida pela assessoria de imprensa, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do MAPA, informou que o novo Riispoa Leite está em discussão, mas não dá mais detalhes sobre o andamento do processo. De acordo com fontes do setor, a primeira versão do documento, apresentada em 2011, foi elaborada sem a participação da indústria. Por falta de consenso, o relatório voltou para o Dipoa e segue sem expectativas de conclusão.

“Na Nova Zelândia o governo tem papel fiscalizador. Ele estabelece e atualiza as normas que são implantadas, depois de debatidas com os produtores e as indústrias”, diz Bernard Woodcock, engenheiro de alimentos e diretor da Qconz, consultoria neozelandesa que atua na adequação de propriedades leiteiras aos padrões de qualidade. O consultor explica que no seu país toda a cadeia adota o mesmo programa de qualidade, que começou a ser desenvolvido na década de 1980, quando o níveis de CBT e CCS no leite estavam acima de 1 milhão/ml.

“A implantação do programa de boas práticas foi concluída em um ano e meio, observamos uma redução da CCS de 500 mil cel/ml para menos de 150 mil cel/ml”, diz. A rápida redução nos índices microbiológicos é reflexo de um ambiente onde há uma fiscalização rigorosa. “Se o produtor neozelandês apresenta leite fora dos padrões europeus por três meses, a captação na propriedade é suspensa. Além disso, o pecuarista recebe multas que variam de 5% a 500% do valor da produção, dependendo da falta cometida”, completa o consultor.

Bonificação estimula qualidade

Dados da Qconz América Latina, consultoria neozelandesa que atua no Brasil na adequação de propriedades leiteiras aos padrões de qualidade, apenas 20% dos dois mil laticínios existentes no Brasil paga por qualidade. Estima-se que 50% do volume de leite captado no País seja bonificado. Não há um programa nacional de pagamento por qualidade e cada laticínio estabelece seus critérios de pagamento.

Para o engenheiro agrônomo Roberto Jank Jr, da Agrindus, o pagamento por qualidade não é suficiente para estimular o produtor. “Quem está interessado em melhorar a qualidade para alcançar um mercado de maior valor agregado não

depende de normativas”. O empresário explica que é mais vantajoso investir na produção para atender mercados mais nobres. “Quando a indústria precisa de leite de boa qualidade, ela paga um diferencial que é muito superior à bonificação, é nesse mercado que o produtor precisa focar”.

Paulo Machado, da Clínica do Leite, destaca que a adoção de programas de qualidade visa o aumento nos ganhos de eficiência nos processos industriais, maior duração dos derivados lácteos e competitividade. Hoje, argumenta, o estímulo para a ampliação dos programas de qualidade tem sido a demanda. “O volume de lácteos com marcas próprias nos supermercados tem aumentado para atender ao consumidor que procura produtos mais saborosos e saudáveis e a tendência é que este movimento siga em ascensão”, aponta.

Dados publicados pelo Índice de Custo de Produ-



Comissão Técnica Consultiva



“Mesmo que não exija grandes recursos, a melhoria da qualidade depende de empenho do produtor, que só fará as mudanças se houver um retorno financeiro”.

Jorge Rubez, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE, A LEITE BRASIL

ção do Leite (ICP Leite) Embrapa, em janeiro, apontam que os gastos com boas práticas para a qualidade do leite – manutenção dos equipamentos de ordenha e produtos para desinfecção de tetos e de ordenhadeira – representa 1,2% do total do custo de produção de uma propriedade. “Esses são os procedimentos que devem fazer parte da rotina de trabalho de todos os produtores para reduzir os níveis de CBT e a incidência de mastite no rebanho”, diz Leticia Caldas Mendonça, pesquisadora da Embrapa Gado de Leite. “Aqui no Brasil, há muita reclamação sobre a qualidade da mão de obra, mas não há investimento no treinamento”, afirma Bernard Woodcock, diretor da Qconz.

Trabalho realizado pela consultoria com colaboradores do laticínio Grupiara, em Valença, RJ, demonstra a importância do treinamento. O laticínio, que capta diariamente 80 mil litros de leite – 100 mil litros no período da safra – de 150 produtores do Sul do Rio de Janeiro e Zona da Mata Mineira, estava com problemas sérios com qualidade. Seis meses depois de implementar um programa de treinamento, a média do laticínio para CCS caiu 32% de 933 mil/ml para 630 mil/ml.

Incentivos à melhoria

Pequenos e médios produtores terão acesso às informações sobre os procedimentos e as vantagens da produção de leite dentro dos padrões de qualidade determinados pela IN 62. A iniciativa é parte do projeto de Melhoria da Qualidade do Leite, lançado em outubro de 2012, a partir da parceria entre a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Técnicos do Serviço Nacional de



“O pagamento por qualidade não é suficiente para estimular o produtor”.

Roberto Jank Jr, PRODUTOR, DIRETOR DA AGRINDUS.

A formação de uma Comissão Técnica Consultiva é uma das poucas novidades apresentadas pela IN 62, cujo texto pouco se difere de sua antecessora, a IN 51. As medidas anunciadas por ocasião do seu lançamento foram as mesmas: acesso ao crédito para financiamento da produção de leite; estabelecimento de programas de pagamento por qualidade pelas indústrias lácteas; programas de incentivo e sensibilização para o consumo de produtos lácteos de qualidade e a capacitação de produtores e transportadores de leite, entre outras.

Já o cenário atual indica falta de dados oficiais precisos, resistência de parte da indústria em pagar por qualidade e carência do produtor por informação e assistência que o ajudem a promover as melhorias necessárias. A expectativa é que a recém-formada Comissão promova a discussão com as organizações do setor e com os outros órgãos responsáveis do governo federal sobre os pontos fundamentais para a implantação definitiva da Instrução Normativa e obtenção de um resultado bem sucedido.



“A adoção de um sistema de bonificação estimula a fidelização do produtor”.

José Carnieli, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PEQUENAS E MÉDIAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE LATICÍNIO (G100)

Aprendizagem Rural (Senar) vão capacitar 200 instrutores estaduais que serão responsáveis pela formação de 81 mil produtores rurais nos principais polos lácteos do País, missão que teve início em janeiro de 2013 e segue até 2014.

Entre 2005 e 2011, a CNA capacitou 450 mil produtores nas principais bacias leiteiras do País. “A iniciativa colaborou para a melhoria na qualidade do leite, mas precisamos manter a estabilidade porque é fácil reduzir a CBT de 1 milhão para 750 milUFC/ml, mas para chegar a 100 mil o desafio é muito maior”, aponta Bruno Lucchi assessor técnico da CNA. Para o especialista, o esforço para capacitar os produtores de leite será inócua se não houver uma ação coordenada da cadeia. “Vemos alguns avanços no governo, mas será que o ritmo é adequado para chegar a 2016 dentro do esperado?”, conclui.